

FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS  
INSTITUTO SUPERIOR EM EDUCAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA

IVANICE CLARA DE OLIVEIRA FREITAS  
WELLINGTON DONIZETE MARCELINO

**A INCLUSÃO SOCIAL EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO  
SUPERIOR EM ANÁPOLIS**

ANÁPOLIS,  
2011

IVANICE CLARA DE OLIVEIRA FREITAS  
WELLINGTON DONIZETE MARCELINO

**A INCLUSÃO SOCIAL EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO  
SUPERIOR EM ANÁPOLIS**

Projeto de pesquisa apresentado a coordenação de Pós-graduação da Faculdade Católica de Anápolis para aprovação no curso de Docência Universitária.

ANÁPOLIS,  
2011

IVANICE CLARA DE OLIVEIRA FREITAS  
WELLINGTON DONIZETE MARCELINO

**A INCLUSÃO SOCIAL EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR EM  
ANÁPOLIS**

Projeto de pesquisa apresentado a coordenação de Pós graduação da Faculdade Católica de Anápolis para aprovação no curso de Docência Universitária, aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2012, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Anápolis-Go, 20 de Agosto de 2011.

---

Edna Silva Farias

Orientadora

---

Ivana Alves Monnerat de Azevedo

Convidada

---

Francisco Jacob de Oliveira Filho

Convidado



## RESUMO

Este trabalho traz à discussão a democratização do acesso à educação superior em uma Instituição de Ensino na cidade de Anápolis, tendo como objetivo, trazer ao nosso conhecimento, a necessidade de se trabalhar mais para que haja uma aceitação maior pela comunidade escolar e a comunidade como um todo diante das pessoas com necessidades especiais, pois ainda não se dá a devida importância a esse assunto, tão importante e que é realidade em nosso dia-a-dia. A educação muda tudo na vida de um cidadão, direcionando-o para a busca de um futuro melhor, possibilitando melhor facilidade e capacidade de buscar um emprego, melhor acesso, entre outras vantagens, porém ainda nota-se a falta de solidariedade e preconceitos a não aceitação que existe diante das pessoas com necessidades especiais. Na educação, as instituições, os profissionais ainda não estão aptos a receber essa diversidade. Os profissionais precisam de treinamentos e apoio para atender bem o aluno. Sendo que as instituições precisam de adequações para recebê-los, e incluí-los na educação e na sociedade.

Palavras chaves: Educação. Aceitação. Preconceito. Inclusão.

## **ABSTRACT**

This paper discusses the democratization of access to higher education in an education institution in the city of Annapolis, aiming to bring to our attention, the need to work harder so that there is a greater acceptance by the school community and the community as a whole in front of people with special needs, they still do not give due importance to this subject, so important to me is reality and that our day-to-day. Education changes everything in the life of a citizen, directing you to search for a better future, enhancing its ease and ability to seek employment, better access, among other advantages, but also note the lack of solidarity and prejudices not accept that there is in front of people with special needs. In education, institutions, professionals are not yet able to receive this diversity. Professionals need training and support to meet the student well. Since institutions need adjustments for them and include them in education and society.

Keywords: Education. Acceptance. Prejudice. Inclusion.

## SUMÁRIO

<u>1 INTRODUÇÃO</u> .....	6
<u>CAPÍTULO I</u> .....	9
<u>1.1 Conceito de Educação Inclusiva</u> .....	9
<u>1.2 História da Inclusão do Deficiente Físico no Ensino</u> .....	9
<u>1.3 Preparação dos Profissionais</u> .....	13
<u>1.4 Leis e Políticas Inclusivas</u> .....	14
<u>CAPÍTULO II</u> .....	16
<u>2 ANÁLISE DA INSTITUIÇÃO</u> .....	16
<u>2.1 Planejamento Estratégico da Instituição de Ensino</u> .....	17
<u>2.2 Caracterização da Instituição</u> .....	18
<u>2.3 Concepção Pedagógica da Instituição de Ensino Profissional e sua Visão Geral</u> .....	18
<u>CAPÍTULO III</u> .....	20
<u>3 ANÁLISE DOS RESULTADOS</u> .....	20
<u>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</u> .....	24
<u>REFERÊNCIAS</u> .....	27

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo foi realizado sob uma pesquisa de campo em uma Instituição Pública Estadual de cursos profissionalizantes localizado na cidade de Anápolis. Desde 2003, a Instituição oferece cursos de formação inicial e continuada dos trabalhadores da cidade de Anápolis e cidades vizinhas, oferecendo 70 tipos de cursos em diferentes modalidades, agora com novas implementações de cursos técnicos de nível médio presencial, cursos semipresencial e cursos à distância, o EAD.

A decisão de realizar este artigo como o tema Inclusão Social no Ensino Superior é devido às dificuldades que podemos observar em todas as instituições de ensino, já que as leis da educação dizem que a educação é direito de todos, temos que apontar as possíveis falhas que essas leis têm na realidade escolar.

Podemos observar, porém, para que essas leis e políticas de inclusão sejam uma realidade nas instituições, vê-se que necessita de mais estudos, análises, discussões e problematizações sobre o que nos incomoda e porque nos incomoda.

Problematizarmos os discursos e as representações a partir das quais podemos ver que as normas institucionais na sociedade foram inventadas, portanto essas normas podem ser reinventadas e resignificadas, conforme vamos recebendo outros valores, saberes, e verdades.

Questões como “o que é inclusão” e “o que é exclusão”? não são facilmente respondidas e compreendidas. Assim, a democratização do acesso ao ensino superior contribuiria para a construção de uma Instituição voltada cada vez mais para o desenvolvimento econômico, social e humano na cidade de Anápolis?

Diante disso, a educação inclusiva tem sido tema de reflexão e ansiedade para educadores em todos os níveis de ensino, pois pressupõe mudanças textuais, legais, simbólicas (curriculares, avaliativas etc.), de representações sobre os sujeitos a serem incluídos e das identidades de todos os envolvidos no processo.

O Objetivo Geral deste artigo é discutir um dos pontos da reforma

universitária que é a democratização do acesso à educação superior na cidade de Anápolis.

E Objetivos Específicos:

- Compreender como se dá o processo de capacitação dos docentes referente à questão da inclusão;
- Observar o planejamento e execução das aulas referentes às atividades e avaliações, bem como o envolvimento e participação do aluno com necessidade especial;
- Estudo teórico acerca da inclusão.

No Brasil a desigualdade social tem crescido de forma acentuada, e com isto encontramos um panorama complexo no qual cada vez mais as pessoas lutam contra as mais imprevisíveis circunstâncias, deparando-se com situações adversas, que dificultam os caminhos para conseguir uma posição de vida mais digna.

E, diante do panorama de uma grande desigualdade social, o governo toma medidas que visa uma melhoria das condições de vida da classe de baixa renda, classe esta que não tem tido acesso ao ensino superior por falta de oportunidade. O Estado é a única possibilidade que as pessoas mais pobres têm para serem defendidos os seus direitos.

Um fator importante para tal oportunidade é o acesso ao conhecimento, e os alunos portadores de necessidades especiais precisam superar mais este desafio, sendo então motivo de nosso estudo.

Para o desenvolvimento do trabalho realizamos uma pesquisa de campo e metodologias como pesquisa bibliográfica que abrange leitura, análise e interpretação de livros, periódicos entre outros e observações em uma Instituição de Ensino Estadual, de Qualificação Profissional situada na Cidade de Anápolis, onde oferece cursos totalmente gratuitos, tendo parcerias com entidades Filantrópicas, empresas e convênios com a Prefeitura local.

Segundo Fuzzi (2011) a pesquisa de campo procede à observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem no real, à coleta de dados referentes aos mesmos e, finalmente, à análise e interpretação desses dados, com base numa

fundamentação teórica consistente, objetivando compreender e explicar o problema pesquisado.

Assim, este artigo resulta em uma discussão que permeiam o processo educacional de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino superior, e se volta para ações educativas que se façam assentadas nos pressupostos de uma educação inclusiva, implicando na formação de um professor cujo perfil de atuação seja compatível com a evolução dos conceitos educacionais que hoje apontam para a educação desse segmento escolar.

## **CAPÍTULO I**

### **1.1 Conceito de Educação Inclusiva**

A educação inclusiva é a implementação de uma pedagogia capaz de educar com sucesso todos os seus educandos, mesmo aqueles comprometidos, isto é, oferecer às pessoas com necessidades especiais as mesmas condições e oportunidades sociais, educacionais e profissionais acessíveis as outras pessoas, respeitando-se as características específicas de cada um.

Inclusão social é um conjunto de meios e ações que combatem a exclusão aos benefícios da vida em sociedade, provocada pela falta de classe social, origem geográfica, educação, idade, existência de deficiência ou preconceitos raciais. Inclusão Social é oferecer aos mais necessitados oportunidades de acesso a bens e serviços, dentro de um sistema que beneficie a todos e não apenas aos mais favorecidos no sistema meritocrático em que vivemos. Nossa cultura tem uma experiência ainda pequena em relação à inclusão social, com pessoas que ainda criticam a igualdade de direitos e não querem cooperar com aqueles que fogem dos padrões de normalidade estabelecidos por um grupo que é a maioria. E diante dos olhos deles, também somos diferentes. E é bom lembrar que as diferenças se fazem iguais quando colocadas num grupo que as aceitem e as consideram, pois nos acrescentam valores morais e de respeito ao próximo, com todos tendo os mesmos direitos e recebendo as mesmas oportunidades diante da vida (WIKIPÉDIA, 2011).

No entanto, a Educação Inclusiva dar-se-á através de mecanismos que irá atender a diversidade, como, por exemplo, proposta curricular adaptadas, a partir daquelas adotadas pela educação comum. O atendimento dos educandos portadores de necessidades educativas especiais incluídos em classes comuns, exige serviços de apoio integrado por docentes e técnicos qualificados e uma escola aberta à diversidade.

## 1.2 História da Inclusão do Deficiente Físico no Ensino

O homem é um ser histórico, já que suas ações e pensamentos mudam no tempo, à medida que enfrentam os problemas não só da vida coletiva, como também da experiência pessoal.

O trabalho, que é ação transformadora do homem sobre a natureza, modifica também a maneira de pensar, produzir, agir e sentir, de modo que nunca permanecemos os mesmos ao fim de uma atividade, qualquer que seja ela. É nesse sentido que dizemos que pelo trabalho, o homem se auto-realiza, ao mesmo tempo em que produz sua própria cultura. (ARANHA, 1996, p.15).

Em outras palavras, quando o homem modifica o ambiente através de seu próprio comportamento, essa mesma modificação, vai influenciar seu comportamento futuro. Notamos neste princípio, a integração dos aspectos biológicos e sociais do indivíduo: “as funções psicológicas superiores do ser humano surgem da interação dos fatores biológicos que são parte da constituição física do Homo Sapiens, com os fatores culturais, que evoluíram através das dezenas de milhares de anos de história humana”. (LURIA, 1992, p.60).

“Desenvolvimento, tanto o biológico quanto o social, pode ser descrito processo pelo quais novas formas de organização emergem daqueles que as precederam no tempo” (BRENT, APUD VALSINER, 1989 p.33). Dessa forma, desenvolvimento é um processo de transformação estrutural baseado na interação entre um organismo e um ambiente.

Todo Grupamento humano é formado por pessoas que apresentam diferenças entre si. Isso se justifica, em parte, pelas características físicas e biológicas que as distinguem, como cor dos olhos ou sua estatura. Mas as pessoas também diferem em função dos hábitos, crenças, valores e atitudes que internalizam em funções das práticas culturais do ambiente em que vivem. O respeito a essas diferenças configura-se por meio dos estudos multiculturais. A sensibilidade á diversidade humana acarreta a inclusão social. Sua negação, traduzida pela orientação de que todos devem ser iguais, termina por promover a exclusão social. (D’Andrade; Morin, 1996,aput Cole, Cole, 2003 p. 24).

Determinadas condições podem ser alvo de intensa discriminação, como a alteração física ou a diferença religiosa. Podemos exemplificar lembrando de personagens reais, como Joana D'Arc, ou romanceados, como o Corcunda de Norte Dame, do escritor Francês do século XIX Victor Hugo. Queremos enfatizar nossa crença de que é preciso dar condições para as iguais oportunidades. Ou seja, como o desenvolvimento humano é marcado pelas diferenças, necessitamos entendê-las e respeitá-las para que todos possam se desenvolver. E é esta mensagem que queremos passar. “O Substrato da Inclusão são as diferenças” (MACIEL, Diva Albuquerque, 2010, p. 25).

É possível verificar na história que as sociedades estabelecem profundas divisões entre classes sociais e consideram seus seres humanos socialmente desiguais. Essa divisão estrutural categoriza as pessoas e, ao mesmo tempo, polariza-as entre os pobres, os empresários e os inferiores, os melhores e os piores, os normais e os desviantes (MITTER, 2003, p. 87).

O homem demorou séculos para entender e explicar contificamente alguns entre tantas deficiências. Até alcançar uma compreensão a respeito dessas anomalias, ele conviveu com explicações as mais variadas que sempre o distanciavam as necessidades ou da importância de encarar a deficiência como uma realidade humana (MITTLER, 2003, p 87).

A luta pelo reconhecimento dos direitos dos cidadãos com deficiência, por exemplo, é longa e consta de várias intervenções e intercorrências. Essa questão foi tratada, durante muito tempo, como problema somente do indivíduo, e não como uma questão relevante e de responsabilidade da sociedade e de suas instituições. O que hoje encontramos nos instrumentos normativos é resultado de garra e persistência por parte das pessoas com deficiência, juntamente com seus familiares.

Os direitos das pessoas com deficiência estão assegurados na legislação, que é dirigida a todos, são, portanto direitos reconhecidos e proclamados.

Diz o Artigo de Lei que, 1º da Lei nº 5.692/71: “O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização,

qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania” (ARANHA, 1996, p. 214).

As primeiras décadas do século passado foram marcadas pelas críticas à segregação das pessoas com deficiência. A partir de então, pais e parentes passaram a organizar-se em prol de melhores condições para aqueles que apresentarem algum tipo de “anomalia”, começaram a surgir nesse aspecto, teorias que defendiam a “normalização”, ou seja, a adequação da pessoa com deficiência à sociedade, para permitir a integração (KELMAN, 2008, p.9).

Percebe-se assim, que as pessoas com deficiência, apesar de serem vistas como cidadãos, capazes de direitos e deveres de participação na sociedade, continuavam a serem atendidas sob ótica assistencial e caritativa, predominando ainda a hegemonia média. A primeira diretriz política dessa nova visão Universal dos Direitos Humanos: “Todo ser humano tem direito à educação” (KELMAN, 2008, p.9).

Inscribe-se ainda, como crime punível com reclusão, além de multa, recusar, suspender, procrastinar (do latim: prorrogar, adiar), cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado por motivos derivados de deficiência.

Trabalhar, inovar e ousar implementar a educação, numa perspectiva inclusiva não é missão impossível. E sim, um desafio superável. É uma questão de pensar e mudar. Querer “pensar e construir” uma escola que inspire e promova a troca entre os alunos, que confronte formas desiguais de pensamentos e de estilo de vida, busque metodologias interativas e faça do reconhecimento e da convivência com as diversidades, estratégias e alternativas para uma nova aprendizagem, voltada para as diferenças e, respeitando-as para conviver com elas (PIERUCI, Antonio Flavio, 2007. P17).

A Resolução n.02 de 11/09/2001 indica que inclusão é: “garantia do acesso continuado ao espaço consumo de vida e sociedade por relações de receptividade à diversidade humana e as diferenças individuais em um esforço de equidade de oportunidades desenvolvimentais em todas as dimensões de vida.” Como um fenômeno sociocultural recente, a inclusão exige permanente esforço

para a caracterização e compreensão de suas peculiaridades.

Embora, muito se fale de inclusão social ainda encontra-se muita discriminação para com o indivíduo portador de necessidades especiais.

Dentro do ambiente acima mencionado, percebemos a necessidades de adaptações que facilite a permanência do aluno portador de necessidades especiais bem como rampas, material didático, pedagógico, profissionais treinados e entre outros aspectos que possibilite este trabalho.

Sabe-se que há muito trabalho, pesquisa, leis etc. sobre a Inclusão Social, mas é preciso avançar mais, e acima de tudo, valorizar e respeitar, o portador de qualquer distúrbio físico, mental ou até mesmo social que torna e leva o ser humano a ser um sujeito considerado um deficiente, pois a exclusão o faz pensar e sentir um deficiente.

### **1.3 Preparação dos Profissionais**

A formação de professores, atualmente, dá ênfase na aprendizagem de todo e qualquer aluno, independentemente de suas diferenças, articulando a teoria e a prática. O professor precisa aprender que todos seus alunos deverão participar coletivamente da construção de um saber, levando em conta as suas necessidades e possibilitando-lhes oportunidades para transformarem-se em sujeitos construtores de sua própria história.

Dessa forma, Ávila (2009, p. 3) entende que, ao mesmo tempo em que os princípios norteadores da educação inclusiva exigem dos professores do ensino regular conhecimentos específicos sobre os alunos com necessidades educacionais especiais, exigem, também, que os professores especialistas em diferentes áreas de atuação em Educação Especial tenham formação com ênfase não no possível déficit do aluno, mas, fundamentalmente, valorizando suas potencialidades e possibilidades.

Ávila (2009, p. 3) comenta ainda que os futuros especialistas precisem ter consciência e instrumental teórico que lhes permitam refletir e analisar o contexto escolar em seu conjunto de forma que possa contribuir efetivamente (e sintam-se

responsáveis por ele) na busca de soluções, visando o aprimoramento dos processos de escolarização, objetivando uma efetiva diminuição da exclusão escolar. Consideramos que todos os professores devem ser levados a assumirem a responsabilidade na formação dos propósitos e condições da escolarização de todos os alunos.

Neste sentido, um dos possíveis obstáculos para a inclusão efetiva do aluno com deficiência no ensino, é a falta de preparo dos professores e, especificadamente, a falta de uma formação fundamentada nos pressupostos da educação inclusiva.

A inclusão escolar traz este novo paradigma de educação, sendo então imprescindível que a formação dos professores seja direcionada para essa perspectiva. Portanto, o professor precisa ter uma prática inclusiva no seu processo de formação profissional, tendo contato e se sensibilizando a respeito dessa nova maneira de pensar as diferenças.

Dessa maneira a formação diferenciada pode contribuir para reforçar a exclusão, delegando a alguns um saber específico, que por sua vez é destinado a instituições específicas, separadas do contexto social.

É importante então uma ampla discussão sobre a formação dos professores, sob a égide da educação inclusiva, a fim de diminuir o abismo entre os seus propósitos e a sua efetivação, já que sem o engajamento do professor não há como efetivar de maneira qualitativa essa nova filosofia de se olhar a diferença.

#### **1.4 Leis e Políticas Inclusivas**

O Ministério da Educação desenvolve a política de educação inclusiva que pressupõe a transformação do Ensino Regular e da Educação Especial e, nesta perspectiva, são implementadas diretrizes e ações que reorganizam os serviços de Atendimento Educacional Especializado oferecidos aos alunos com deficiência visando a complementação da sua formação e não mais a substituição do ensino regular.

A educação inclusiva é de grande relevância para propiciar a todos uma educação de qualidade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania como trata a Constituição Federal no art. 205, ao afirmar que todos somos iguais perante a Lei, independente da raça, sexo, cor, idade, deficiência ou ausência dela (ROTH, 2008, p. 17).

A Constituição Federal do Brasil assume o princípio da igualdade como pilar fundamental de uma sociedade democrática e justa. O objetivo da Educação inclusiva busca, através da diversidade, enriquecer o processo educacional, com igualdade e sem pré-conceitos.

Na educação superior, a educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão.

A proposta da Educação Inclusiva ganha força e o Brasil começa a orientar as suas políticas públicas para a educação de pessoas com necessidades educativas especiais, procurando obedecer aos compromissos assumidos na Declaração de Educação Para Todos (1990) e na Declaração de Salamanca (1994), promovidas pelas agências internacionais, como a UNESCO e a ONU, que norteiam as políticas públicas de educação dos países ditos em desenvolvimento (SANTOS, 2002).

Porém, essas mudanças ainda não contemplam significativamente a proposta de Educação Inclusiva.

## **CAPÍTULO II**

### **2 ANÁLISE DA INSTITUIÇÃO**

A Instituição de Ensino de Qualificação Profissional de Anápolis atua na cidade desde 2003 oferecendo cursos de Formação Inicial e Continuada dos Trabalhadores – FICT e atualmente possui aproximadamente 70 (setenta) tipos diferenciados de cursos nessa modalidade de ensino, sendo esse total resultante das demandas identificadas pelo centro e/ou solicitadas pelas instituições parceiras.

A partir de 2006 a unidade iniciou o processo de implementação de cursos técnicos de Nível Médio na modalidade presencial, implementando o primeiro Curso Técnico em Informática com habilitação em Desenvolvimento de Sistemas, seguido de Logística (2008) e Informática para Internet (2009) e projeto futuro para secretariado (2010) e o centro disponibilizou ainda em 2009 a oferta de cursos de Aperfeiçoamento Profissional Semipresencial e futuro de Técnicos de Nível Médio a distância – Logística, Informática, Secretariado, Multimeios Didáticos, Contabilidade e Administração.

As discussões para a implantação de uma escola profissional no município de Anápolis vêm de longa data. Este processo intensificou-se, no entanto, em 1998, quando o Governo do Estado de Goiás, através da Superintendência do Ensino Fundamental e Médio da Secretaria de Estado e Cultura SPEFM/SEC, assumiu sua coordenação. (PPP; 2010, p. 4).

Devido à importância do papel da escola no âmbito da área social, foram realizados os seguintes projetos: Inclusão Digital e Cidadania, em parceria com o Centro da Juventude e Juizado da Infância e da Adolescência, cabendo a Instituição o atendimento a 44 alunos distribuídos em três turmas; Curso de Informática Básica, oferecido pelo Núcleo do Adolescente e Criança (NACRI), Tendo acompanhamento pedagógico e certificação cedida pela Instituição, totalizando 40 alunos beneficiados; Natal Solidário, que realizou a distribuição de 72 cestas básicas para a população carente, alimentos estes, que foram doados

pelos servidores da Instituição. (PPP; 2010, p. 8).

A Educação Profissional deve ser flexível, favorecendo a polivalência e permitindo ao aluno seguir itinerários diversos em consonância com as tendências e necessidades do mundo do trabalho, contribuindo efetivamente para que o educando tenha condições de enfrentar e buscar soluções inovadoras aos novos desafios. (PPP; 2010, p. 3).

Assim, o educador terá a responsabilidade ética de não só enfatizar a educação do ponto de vista do trabalho e da formação do trabalhador, mas também do ponto de vista da vida e da formação do ser humano, formando um trabalhador agente de transformação para uma sociedade mais justa, solidária e democrática. (PPP; 2010, p. 3)

Os projetos sociais desenvolvidos pela Instituição continuam em execução, sendo mantida a parceria com o Centro da Juventude e Juizado da Infância e Adolescência, que propiciou a realização do Projeto Inclusão Digital e Cidadania, totalizando 162 alunos atendidos e distribuídos em sete turmas. Também foi realizada a parceria com o Núcleo do Adolescente e Criança – NACRI, mediante o acompanhamento pedagógico e a certificação dos participantes no curso informática básica. Foram atendidos adolescentes em condições de risco, totalizando 40 alunos moradores do Bairro Novo Paraíso. (PPP; 2010, p. 9).

O Planejamento Estratégico da Instituição tem como objetivo, atender a população na questão de ensino, aprendizagem, formação do cidadão, e colocação de seus alunos no mercado de trabalho.

## **2.1 Planejamento Estratégico da Instituição de Ensino**

Missão – “Promover a Educação Profissional ofertando cursos e serviços que atendam às necessidades do setor produtivo e que possibilitem a empregabilidade e o desenvolvimento do empreendedorismo em Anápolis e Região”.

Visão de Futuro - Ser uma Instituição Pública de referência em Educação

Profissional, reconhecida pela qualidade dos cursos que ministra, pelos serviços que presta e pelo capital humano, desenvolvendo novas tecnologias que atendam ao mundo produtivo e aos anseios da comunidade.

Nosso Negócio – “Ofertar Cursos e Serviços Públicos de excelência em Educação Profissional”.

Nossos Valores, Comprometimento, Transparência, e Excelência – Acreditamos que através do comprometimento pessoal e profissional de nossa equipe de profissionais alcançaremos a eficiência e a eficácia dos serviços prestados. Pautamos nossas relações pela transparência nas ações e atitudes. Prestamos serviços aos nossos clientes primando pela excelência no que fazemos e pelo modo como o fazemos.

## **2.2 Caracterização da Instituição**

A Instituição tem implantado em conformidade com o Programa de Reforma e Expansão da Educação Profissional do Estado de Goiás é um Estabelecimento de Ensino mantido pelo poder público Estadual através da Secretaria de Ciência e Tecnologia – SECTEC. Subordinada a esta Secretaria de Estado, a Instituição é supervisionada pela Superintendência de Ensino Superior e Profissional. – SUESP.

Além dos órgãos colegiados existem os de apoio imediato ao diretor, que são representados pelas Supervisões, sendo elas: Gestão Administrativa. Integração Escola Empresa, Técnico – Pedagógico e de Ensino a Distância.

Além de ser responsável pela gestão do centro, a direção, também é responsável pelas questões administrativo–pedagógicas da Unidade Descentralizada de Educação Profissional de Pirenópolis tendo apoio uma Coordenadora Geral.

## **2.3 Concepção Pedagógica da Instituição de Ensino Profissional e sua Visão Geral**

Toda Organização pedagógica do processo ensino – aprendizagem tem como objetivo o conhecimento. Segundo Libânio (1985), se autorizarmos a aquisição do saber por parte dos alunos precisamos considerar que esta aquisição está inteiramente relacionada com as realidades sociais e políticas, e que necessitam favorecer a correspondência dos conteúdos com os interesses dos alunos, para que possam construir conhecimentos da maneira que se apropriem da realidade e, ao mesmo tempo, transformá-la.

É nessa perspectiva que a LDB 9.394/96 altera a Lei 5.692/71, cujas diretrizes estabeleciam para o Ensino Médio as funções de preparar para o prosseguimento dos estudos e habilitar para o exercício de uma profissão técnica.

Essa interpretação nos remete a uma compreensão do processo ensino-aprendizagem sob nova ótica, estruturada em atividades contextualizadas e significativas para o aprendente, que assume o papel de ator principal e torna-se ativo e produtivo frente ao processo de aprender e continuar aprendendo. Que o educador busque uma postura de facilitador e interceda no sentido de mediar o processo, para que assim o educando possa criar estruturas cognitivas e afetivas que suportem e dêem vazão às demandas de aprendizagem cada vez mais rápidas e complexas, exigidas pela sociedade e pelo mundo do trabalho.

Nesse contexto, o papel do professor é de mediador na construção de conhecimento pelo aluno. MASSETTO (1997) considera que a mediação pedagógica coloca em evidência o papel do sujeito do aprendiz e fortalece-o como ator de atividades que lhe permitirão aprender e conseguir atingir seus objetivos e dá um novo colorido ao papel do professor e aos novos materiais e elementos com que ele deverá trabalhar para crescer e se desenvolver.

A orientação da UNESCO no Relatório Internacional sobre Educação para a Educação do Séc. XXI aponta as quatro grandes necessidades de aprendizagem do cidadão para a educação deste século: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Esses eixos estruturais são desafios para a educação que deve buscar a integração do desenvolvimento cognitivo com as demais dimensões da personalidade e com as tarefas da sociedade informação e do conhecimento.

Portanto uma proposta de trabalho que envolva a concepção do desenvolvimento da construção de competência remete a uma análise reflexiva, que se proponha a desvelar e desmistificar o termo competência, tais como: o que é ser competente, para que, como avaliar se uma pessoa é competente, existem níveis de competências, quais são as estruturas necessárias para se construir uma competência, qual ou quais as interfaces dos elementos estruturantes de uma competência.

## **CAPÍTULO III**

### **3 ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Representações na perspectiva dos estudos culturais pós-estruturalista é uma noção que se estabelece discursivamente, instituindo significados de acordo com critérios de validade e legitimidade estabelecidos segundo relações de poder, e não como um conteúdo que é espelho e reflexo de uma “realidade” anterior ao discurso que a nomeia (COSTA, 2000, p.40).

A exclusão e a inclusão de outros sempre foi uma marca da Instituição escolar moderna, mas nos últimos anos isto deixa de ser naturalizado, passando a ser problematizado, pois tem sido crescente o número de alunos nomeados “como necessidades especiais” que concluem o ensino fundamental, médio e chegam ao ensino superior.

Para o Governo Federal, as IES assumem um papel significativo a proposta de educação inclusiva, pois “a formação e capacitação docente impõe-se como meta principal a ser alcançada na concretização do sistema educacional que inclua a todos, verdadeiramente” (BRASIL/MEC/ SEEP, 1998).

Não há como negar que as exigências são muitas e que não basta apenas a boa vontade de alguns. Inclusão exige rupturas e a busca de alternativas viáveis, é certo que todos têm o direito de alcançar maiores índices de escolarização, porém uma política precisa ser pensada para que isto aconteça, formação de docentes, estruturas e serviços para atender a essa demanda.

A legislação brasileira marca diversos espaços para a formação de professores. A Lei 9424 de 12/1996 dispõe sobre o fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do ensino. O objetivo dessa legislação brasileira, é propor aos professores qualificação em todos os níveis de atendimento, na educação e formação de professores, institui orientações no sentido de preparar o professor, entre outras características, visando á aprendizagem do aluno, o acolhimento o trato da diversidade, o professor deve dominar, entre eles: conhecimentos sobre crianças, adolescentes,

jovens e adultos, incluído as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Podemos observar que na realidade brasileira, é cada vez maior o número de aluno com necessidades especiais que chegam ao ensino superior, já não se questiona mais se a escola em seus diferentes níveis de ensino, da educação infantil ao ensino superior, deve ou não, aceitar a matrícula de todos os alunos, pois esse é um direito constitucional garantido.

Porém observa-se que essa situação foi problematizada, existindo, no entanto, debate sobre a inclusão na sociedade.

As organizações que representam os deficientes vêm trabalhando em busca de melhores condições de permanência na escola, progressão de qualidade de trabalho e vida para eles. No entanto, as instituições de ensino necessitam de conhecimentos técnicos para saber trabalhar com as necessidades educacionais especiais decorrentes de problemas de aprendizagem, das diferenças mentais, físicas ou sensoriais, de altas habilidades, de síndromes, condutas típicas e outras.

Porém, a formação docente é um dos problemas gerados com as novas necessidades para o ensino moderno, um professor formado para atender alunos em condições normais, pode não vir a prestar a devida atenção aos alunos com necessidades especiais. Isso se torna, porém uma “inclusão excludente”.

Se a Instituição não oferecer as condições adequadas para o seu aprendizado, ou se o professor não se encontra capacitado para atender as suas necessidades, não haverá um ensino de qualidade para sua formação.

Cabe ressaltar que, o movimento por inclusão de qualidade no ensino superior tem como fio condutor, mudança cultural nas instituições. Acredita-se que a formação continuada dos docentes nas universidades para além de sua progressão na carreira, na pós-graduação, é fator para que exista respeito à diferença e se constituam aspectos subjetivos e de inclusão.

A democratização do acesso à educação superior aos portadores de deficiência na Instituição em estudo passa por um profundo processo de participação e reestruturação curricular, onde busca ações que efetivem a

diversidade e inclusão dos alunos com necessidades especiais, pois a qualificação, a formação, o aprendizado das relações democráticas com as comunidades criaram condições para o desenvolvimento de um novo senso comum pertinente ao ensino superior. Trata-se da aproximação da realidade estudantil, do acolhimento, do resgate dos educandos em situação de risco. Da consideração do sujeito real, já marcado pela exclusão, que necessita ser integrado afetivamente, respeitado na sua identidade e acolhido para prepará-lo para a potencialização da dimensão cognitiva.

Neste sentido, tendo como missão-visão, a Instituição analisada assim como negócio e valores comprometidos com a sociedade voltados ao ensino de qualidade, vem com o incentivo ao ingresso do aluno com necessidades especiais no ensino. É um assunto que leva a repensar, como é feito o trabalho no sentido de atender a demanda que esta crescendo, repensar na estrutura do ensino, para então fazer a manutenção da estrutura física, a infra-estrutura de atendimento ampliando as oportunidades de entrada e consolidando a permanência efetiva, com qualidade dos estudantes com necessidades especiais.

São realizadas discussões pedagógicas para adaptações curriculares, oferta de serviços e profissionais para o atendimento de alunos com deficiência em situação de inclusão, sobre a arquitetura em sala de aula, mudança nos planejamentos didáticos, avaliações e dinâmicas das aulas.

Neste sentido, referente à avaliação pedagógica, que é observada como um processo dinâmico e considera tanto o conhecimento prévio como o nível atual de desenvolvimento do aluno quanto às possibilidades de aprendizagem futura, configura uma ação pedagógica processual e formativa que analisa o desempenho do aluno em relação ao seu progresso individual, prevalecendo na avaliação os aspectos qualitativos que indiquem as intervenções pedagógicas do professor. No processo de avaliação, o professor deve ter consciência e criar estratégias considerando que alguns alunos podem demandar ampliação do tempo para a realização dos trabalhos e o uso da língua de sinais, de textos em Braille, de informática ou de tecnologia assistiva como uma prática cotidiana.

Portanto, cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial

na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia-intérprete, bem como de monitor ou cuidador dos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar.

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado, aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial.

Por se tratar de um órgão público, a questão é, quando isso será real para que as pessoas possam ter acesso e ser atendido da maneira que dever ser. A Instituição em questão não é completamente adaptada para receber as pessoas com necessidades especiais.

A Instituição trabalha com pessoas de idade a partir dos 14 anos, observando que as pessoas com necessidades especiais são capazes, são dedicadas e responsáveis, tem uma força de vontade grande em aprender e crescer, fazendo com que a Instituição preocupe-se em atender esse público, sabe-se que o trabalho dignifica as pessoas e, todos estão em busca de realizações, sendo importante então que apoiem os alunos a ser pessoas livres mesmo com suas limitações.

A Instituição se preocupa em preparar o aluno para o mercado de trabalho, onde esses alunos tenham a habilidade e competência para cooperar com o crescimento da empresa e da cidade de Anápolis.

## **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A educação inclusiva é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos vários níveis e em vários estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas e nas universidades de modo que estas respondam à diversidade de alunos. É uma abordagem humanística, democrática que percebe o sujeito de suas singularidades tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos.

A educação inclusiva atenta a diversidade inerente a espécie humana, busca perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os sujeitos – alunos em salas de aulas comuns em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos.

A prática pedagógica coletiva, multifacilitada, dinâmica e flexível requer mudanças significativas na estrutura, no funcionamento das escolas, na formação humana dos professores e nas relações família – sociedade e escola com força transformadora. A educação inclusiva aponta para uma sociedade inclusiva.

O ensino inclusivo não deve ser confundido com educação especial, a qual se apresenta numa grande variedade de formas incluindo escolas especiais, unidades pequenas e a integração de crianças, dos adolescentes, jovens e adultos com apoio especializado. O ensino especial é desde sua origem um sistema separado de educação das crianças e dos jovens com deficiência, fora do ensino regular, baseado na crença de que as necessidades das crianças com deficiência não podem ser supridas nas escolas regulares. Existe ensino especial em todo o mundo seja em escolas e universidades de frequência diária, internatos ou pequenas unidades ligadas à escola e universidades bem como em escola de ensino regular.

Não se questiona se as escolas, em seus diferentes níveis de ensino, da educação infantil ao ensino superior, devem ou não aceitar a matrícula de todos os alunos, pois esse é um direito Constitucional garantido. Mas a convicção de que as reformas legais não tem sido suficientes para a acessibilidade universal

aos bens e serviços disponíveis na sociedade.

A conclusão é que, observamos na sociedade brasileira, que na realidade, é cada vez maior o número de alunos com necessidades especiais que chegam ao ensino superior. Mas é necessário ressaltar que, não adianta empurrar o aluno deficiente para a sala de aula, se essa não oferece as condições adequadas para o seu aprendizado, assim como, a formação do docente que é um dos problemas gerados com as novas necessidades para o ensino.

Ressalta-se ainda, que no cenário de inclusão, o concurso de vestibular precisa ter alguns instrumentos que permitam às pessoas com necessidades especiais, condições de competições, assim como, um profissional de intérprete de LIBRAS, provas adaptadas para pessoas com visão baixa, atendimentos para pessoas cegas, espaço físico que atendam as pessoas com dificuldades de locomoção, atentamos ainda, para a necessidade de uma bibliografia específica adaptada ao Braille, que contribua para a execução das provas de vestibular e material auditivo.

Percebe-se, que há uma grande preocupação na arte de incluir, na acessibilidade, as políticas públicas que se configura no cenário nacional, num contexto de grande número de legislação, e que na prática não são aplicadas na realidade escolar brasileira.

Por uma determinação legal, todos devem ter seus acessos garantidos e suas diferenças aceitas e respeitadas. As condições ditas anormais ou estranhas devem deixar de ser vistas a partir de simples entendimentos biológicos e passar a ser problematizadas, significando, incluir e normalizar através dos processos sociais, históricos, econômicos e culturais que infelizmente regulam e controlam a forma de como são pensados e inventados os corpos e as mentes se cada um de nós.

Portanto, “ninguém foi preparado para trabalhar com esses alunos (...) isso exige certamente uma política especial...” (THOMA, ADRIANA DA SILVA).

Os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as

necessidades educacionais de todos os alunos. A acessibilidade deve ser assegurada mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliários – e nos transportes escolares, bem como as barreiras nas comunicações e informações.

Portanto, as possibilidades da educação superior para um público com deficiências são inúmeras e, sob alguns aspectos, mais motivantes ainda do que o são para as demais pessoas, pois permitem diminuir as dificuldades de comunicação e acesso à informação que as deficiências impõem.

A maioria das pessoas deficientes precisa de ajuda frequente e em particular no que tange ao acesso à Educação e Comunicação, essa ajuda se manifesta de formas diferentes, segundo a deficiência e a gravidade dela. Porém, ainda existem poucos profissionais e grupos no âmbito educacional capacitados para atender este público, porém, sua importância é reconhecida tanto pelos deficientes quanto pela comunidade em geral.

Há a necessidade de preparar os licenciandos e os professores em serviço para atender os alunos portadores de deficiências e esta tarefa é de toda a sociedade e pode ser potencializada pelas tecnologias educacionais adaptativas e de acessibilidade.

Propomos que se identifiquem nas IES os grupos de pesquisa que já dominam as técnicas da tecnologia adaptativa e de acessibilidade, e busque apoio financeiro do governo para consolidá-los e assim garantir a continuidade de pesquisas voltadas para a busca de soluções e sistemas tecnológicos que atendam as demandas educacionais específicas, que sejam produzidas diretrizes oficiais que sirvam de subsídios para a adequação e avaliação de cursos à distância no tocante à sua aplicabilidade a deficientes.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação** / Maria Lúcia de Arruda Aranha – 2 ed. Revisada e atual – São Paulo Moderna 1996.

ÁVILA, Laís Ferraz Teixeira. **Deficiência Auditiva**. 12/01/2009. Disponível em: <http://www.pedagogia.com.br/artigos/auditiva>. Acesso em: 04 de jun. 2011.

CELESTE, Azulay. **Desenvolvimento Humano, educação e inclusão escolar**./ Brasília: Editora UNB, 2010, 280 p. il. Collor ; 23cm. Pesquisa de campo – na Instituição em destaque.

COMENIUS, 1592 – 1670. Didática Magna / Comenius. **Aparelho Crítico**. Marta Fattor; Tradução Ivone Castilho Beneditti – 3º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006 – (Paidéia).

ELISA, Maria Caputo e Marly Guimarães. **Educação Inclusiva**, DP e A editora Rio de Janeiro 2003.

FUZZI, Ludmila Lena. **Metodologia Científica**. Disponível em: <http://profludfuzzimetodologia.blogspot.com/2010/03/o-que-e-pesquisa-de-campo.html>. Acesso em: 30 de nov. 2011.

LURIA, A. R. **Curso de Psicologia Geral Rio de Janeiro Civilização Brasileira**, (4 vols) 1992.

MANTOAN, Maria Tereza. Egler. **Educação de deficientes mentais: o itinerário de uma experiência**. Dissertação; Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 1987.

MITTER, P. **Educação Inclusiva**: Contextos Sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

OMOTE, S. **Estigma no Tempo da Inclusão**, Revista Brasileira de Educação Especial, v.10, n.3, 2004, 287-308.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **Centro de Educação Profissional de Anápolis**, 2010.

ROTH, Berenice Weissheimer. **Experiências educacionais inclusivas II: Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade** / Organizadora, Berenice Weissheimer Roth. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2008.

SANTOS, Jaciete Barbosa. **A “dialética da exclusão/inclusão” na história da educação de ‘alunos com deficiência’**. Revista da FAEEBA- Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 11, nº 17, p. 27-44, jan/jun, 2002.

VYGOSTIKY, Lev Semenovich; **Uma Perspectiva Histórica – Cultural da educação**/Teresa Cristina, Rego – Petrópolis, RJ: Vozes – (Educação e conhecimento), 1995.

WIKIPÉDIA. **Inclusão Social**. Disponível em:  
[http://pt.wikipedia.org/wiki/Inclus%C3%A3o\\_social](http://pt.wikipedia.org/wiki/Inclus%C3%A3o_social). Acesso em: 11 de dez. 2011.